

ECONOMIA

Telefone 2102-7274 E-mail economia@atribuna.com.br

Governo e oposição se unem por projeto contra tarifaço de Trump

Senado aprova texto que estabelece critérios para o Brasil responder a medidas que afetam a competitividade

DE BRASÍLIA

Um dia antes de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar novo pacote de aumento de tarifas comerciais, o Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece critérios para que o Brasil responda a “medidas unilaterais” adotadas por países ou blocos econômicos que afetem a competitividade internacional do País. Foram 70 votos a favor e nenhum contra, num movimento que uniu parlamentares da oposição e da base do governo.

A matéria já havia sido aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, ou seja, poderia ter ido direto para a Câmara. Na votação, os 16 senadores que participaram da sessão votaram a favor do texto. Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) apresentou depois um recurso para levar o projeto ao plenário da Casa por considerar “de bom-tom”.

O chamado PL da Reciprocidade segue agora para votação na Câmara dos Deputados. O presidente da CAE, Renan Calheiros (MDB-AL), disse que vai pedir ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que o projeto seja votado ainda nesta semana. Em pro-



Produção de eletrônicos em Manaus: setores aguardam para hoje anúncio de novas tarifas norte-americanas

nunciamento depois da sessão na CAE do Senado, Motta chegou a dizer que, “definitivamente, nas horas mais importantes não existe um Brasil de esquerda ou de direita, existe apenas o povo brasileiro”.

Pela proposta, o Executivo fica autorizado a adotar, isolada ou cumulativamente, medidas como a suspensão de concessões comerciais e de investimentos, bem como reavaliar obrigações em acordos de propriedade intelectual, garantindo mais flexibilidade no que foi entendido como defesa

dos interesses nacionais.

O projeto prevê ainda que as contramedidas sejam, na medida do possível, proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações de países ou blocos internacionais. Também serão necessárias consultas diplomáticas para mitigar ou anular os efeitos das medidas e contramedidas.

AMPLIAÇÃO

O texto original, de autoria do senador Zequinha Marinho (PL-PA), tinha como proposta original obrigar os demais países a

AGUILAR ABECCASSIS/ACM/ESTADÃO CONTEÚDO - 21/1/16

DIÁLOGO

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, elogiou a iniciativa do Senado de avançar com o PL da Reciprocidade, mas voltou a frisar que a posição do governo brasileiro é de diálogo em relação às medidas que devem ser anunciadas hoje pelos EUA.

desmatamento, que afeta diretamente os produtos brasileiros, principalmente a agropecuária brasileira”. “E são medidas que extrapolam a razoabilidade, porque ignoram as normas do Código Florestal brasileiro”.

Na sequência, ela fez menção ao novo tarifaço americano. Trump promete replicar hoje as tarifas que, segundo ele, são impostas por outros países a exportações dos EUA - no que ele tem chamado de Dia da Libertação.

Em documento divulgado na segunda-feira, o Escritório do Representante Comercial dos EUA afirma que o Brasil impõe tarifas consideradas altas sobre as importações em uma ampla gama de setores, incluindo automóveis, eletrônicos, produtos químicos, plásticos, maquinário industrial, aço, têxteis e vestuário. (Estadão Conteúdo)

cumprir padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, em caso de comercialização de bens. Seu foco era a União Europeia, que ameaça barrar produtos brasileiros vindos de áreas desmatadas. A relatora Tereza Cristina (PP-MS), porém, ampliou o escopo das regras e estabeleceu critérios para que o Executivo suspenda concessões comerciais e investimentos.

Durante a votação na CAE, Cristina lembrou que o Brasil tem hoje um “problema com a União Europeia, com uma lei an-